


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**
**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002323-24.2014.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato**  
 Requerente: **VÂNIA LEOPOLDINO DE PAULA MARAGNO**  
 Requerido: **BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

VÂNIA LEOPOLDINO DE PAULA MARAGNO, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Ordinário em face de BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento, também qualificado, alegando que em 27.04.2010 teria firmado com a ré contrato de abertura de crédito de nº 171019382 *cédula de crédito bancário CP/CDC*, para financiamento do veículo *FIAT/SIENA FIRE ano 2010, chassi nº 8AP17206LA2118455*, no valor de R\$ 39.000,00 para pagamento em 60 parcelas de R\$ 821,22, as quais estaria com muita dificuldade em pagar, uma vez que o contrato teria cláusulas abusivas prevendo a cobrança de juros a taxa de 1,33% ao mês, e 23,21% ao ano, juros esses mensalmente capitalizados sem que tal prática tenha sido contratada, de modo a colocá-la em desvantagem exagerada, apontando assim ofensa ao Decreto n. 22.626/33 e à Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal, de modo que, por se tratar de contrato de adesão, conclui deva se observar a inversão do ônus da prova e, ao final, se determinado à ré calcule o financiamento com base na taxa de 1,33% ao mês, com juros simples, condenando-se ainda a ré a restituir ou compensar os valores pagos a maior no valor total de R\$ 3.475,80, condenando ainda a ré ao pagamento de custas e honorários advocatícios, autorizando a consignação do depósito judicial mensal do valor das parcelas vincendas.

A ré contestou o pedido sustentando deva o processo ser extinto porquanto não observada a regra do art. 285-B, do Código de Processo Civil, enquanto no mérito destacou haja menção expressa à taxa de juros no contrato, havendo ainda, conforme entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, autorização para sua capitalização conforme Medida Provisória nº. 1963-17 de março de 2000 (reeditada sob o nº 2170-36/2001), concluindo pela improcedência da ação.

A autora replicou reafirmando as teses da inicial.

É o relatório.

Decido.

Tem razão a ré, pois conforme interpretação que vem sendo dada ao art. 285-B, do Código de Processo Civil, não obstante se permita ao devedor “*discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais aquelas que pretende controverter, quantificando o valor incontroverso*”, não haverá em seu favor pretender quitada a obrigação tão somente a partir da observância da referida norma, de modo que o valor das parcelas “*deverá continuar sendo pago no tempo e modo contratados*”, atento a que “*esses depósitos, entretanto, não impedem o*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**5ª VARA CÍVEL**

**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h  
Público << Campo excluído do banco de dados >>**

*ajuizamento de processo de execução porque não revogado o disposto no § 1º do art. 585 do Código de Processo Civil, ou seja, a propositura de ação relativa ao débito constante do título executivo não inibe a execução” (idem, AI. nº 2062786-61.2014.8.26.0000 - 12ª Câmara de Direito Privado TJSP - 24/06/2014 <sup>1</sup>).*

Quanto ao cálculo dos juros e sua capitalização, cumpre destacar o grave equívoco da autora, pois que se cuida aqui de contrato firmado com prestações de valor pré estabelecido e, portanto, com os juros pré-fixados, e nessas circunstâncias, segundo entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, “no contrato de financiamento, com previsão de pagamento em parcelas fixas e pré-fixadas, não existe capitalização de juros”(cf. Ap. nº 0184777-34.2011.8.26.0100 - 20ª Câmara de Direito Privado TJSP - 08/04/2013 <sup>2</sup>).

E assim é porque “em tal modalidade de contrato os juros são calculados e pagos mensalmente na sua totalidade, de modo que não sobram juros para serem acumulados ao saldo devedor, para, em período seguinte, serem novamente calculados sobre o total da dívida” (cf. Ap. nº 0002143-73.2010.8.26.0369 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 27/06/2012 <sup>3</sup>).

Ou seja, não há se falar em capitalização autorizada pelo contrato, com o devido respeito.

A ação é manifestamente improcedente, e ainda que se compreenda a condição de saúde da autora, bem como as consequências que um tal quadro acarreta em termos de disponibilidade econômica, cumpre lembrar que caberá ao magistrado interpretar os fatos a partir da lei, dado que “a validade de uma ordem jurídica positiva é independente de sua concordância ou discordância com qualquer sistema de Moral” (cf. HANS KELSEN <sup>4</sup>).

Cumprirá, assim, à autora arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação e em consequência CONDENO a autora ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

P. R. I.

São Carlos, 23 de fevereiro de 2015.

**VILSON PALARO JÚNIOR**

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

<sup>1</sup> [www.esaj.tjsp.jus.br](http://www.esaj.tjsp.jus.br).

<sup>2</sup> [www.esaj.tjsp.jus.br](http://www.esaj.tjsp.jus.br).

<sup>3</sup> [www.esaj.tjsp.jus.br](http://www.esaj.tjsp.jus.br)

<sup>4</sup> HANS KELSEN, *Teoria Pura do Direito*, Martins Fontes, SP, Página 72/3.